ESTADO DE RORAIMA

Câmara Municipal de Boa Vista

SETOR DE ATAS

A T A

ATA da oitava Sessão Ordinária do Trigésimo Terceiro Periodo Legislativo da Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista - Estado de Roraima, realizada aos vinte e sete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um.

Aos vinte e sete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um, nesta cidade de Boa Vista - Estado de Roraima, no edifício da Câmara Municipal de Boa Vista, localizada na Av. Ene Garcêz, no Plenário Estácio Pereira de Mello, às dezenove horas e trinta minutos, realizou-se a Oitava Sessão Ordinária sob a presidência do senhor Vereador Gilberto Inácio de Araújo e secretariado pela senhora Vereadora Ilka Macêdo Malla. O senhor presidente determinou a senhora secretária proceder a chamada dos senhores Vereadores, obedecendo a ordem alfabética, registrando-se a presença dos seguintes Vereadores: Almir Fortes França, Braz Assis Behnck, José Sebastião Alves Bezerra, Maria Alice de Andrade Gomes, Maria de Lourdes Pinheiro, Paulo Magalhães Duarte, Thaumaturgo Nascimento e Salomão Afonso de Souza Cruz. Constatando-se quorum legal e regimental o senhor presidente declarou aberta a Sessão e convidou para fazer parte da Mesa o Doutor João Luiz Harts, Presidente da CODESAIMA acompanhado do Diretor Habitacional Major Alcides Rodrigues. Os quais foram convidados através do Requerimento [illegible] de autoria do Vereadora Raimundo Dantas Lavôr, discutido e aprovado nesta Casa. O senhor Presidente franqueou a palavra ao doutor João Luiz Harts para os seus cumprimentos. Com a palavra o Presidente da CODESAIMA doutor JOÃO LUIZ HARTS: Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, senhora secretária senhores Vereadores, inicialmente em nome da CODESAIMA eu agradeço a oportunidade de vir até aqui para explanar alguma coisa a respeito da nossa área habitacional e ao mesmo tempo me coloco a disposição em

01 - outras oportunidades não apenas nesta área para debatermos co
02 - mo vocês são os legitimos representantes do povo. De formas glo
03 - bal ou de forma isolada. Presidente Gilberto Inácio de Araújo:
04 - Esta Casa sente-se honrada com as vossas presenças e nós forma
05 - lizaremos um pequeno debate aonde cada Vereador formulará três
06 - perguntas a Vossa Excelência, as respostas não obterão répli
07 - cas desejamos que as mesmas são objetivas e não repetitivas e
08 - que as mesmas estejam compativelmente co o Requerimento votado
09 - e aprovado nesta Casa de autoria do Vereador Raimundo Dantas
10 - Lavôr. A palavra foi concedida ao Presidente da Codesaima para
11 - algumas explanações iniciais. Com a palavra o Presidente da CO
12 - DESAIMA Doutor JOÃO LUIZ HARTS: Nós assumimos praticamente há
13 - sessenta dias a CODESAIMA e mostrar nossas ações que nós esta-
14 - belecemos dentro da área habitacional que é um dos módulos bá
15 - sicos da atuação da Companhia. Então se faz necessário dizer
16 - que aos governso que se passaram em especial o último a CODESA
17 - IMA restrita praticamente a área de urbanismo e habitação como
18 - talvez ela devesse ter a sua ação efetiva nesta área justamen-
19 - te que vai ser a pauta dos nossos debates. Quando assumimos a
20 - Companhia, encontramos seis mil mutuários e muitos deles são
21 - remanescentes do antigo Banco de Roraima, porque anteriormente
22 - a Companhia era simplesmente promotora do Sistema Habitacional
23 - Financeiro, posteriormente com a extinção do Banco de Roraima,
24 - ela passou a assumir parte de agente financeiro. Por um lado
25 - se a Companhia normalmente passou a ter todos os encargos jun-
26 - to a Caixa Econômica nós percebemos que a situação está bastan
27 - te complexa dentro da Companhia. Hoje nós já temos decorridos
28 - quarenta dias de três Conjuntos devidamente levantado vamos
29 - citar o Conjunto Caimbé com quinhentas casas sendo que cento
30 - e oitenta e uma casas estão ocupadas legalmente. Para vocês te
31 - rem uma idéia normalmente no Conjunto habitacional eu entre
32 - guei o Caçarí I quando presidente da CODESAIMA em 1983, normal

mente se assina o contrato antes de receber a chave. Pois esses três Conjuntos não tinham contratos assinados e já tinham sido entregues há um ano e dois meses. No Conjunto Monte Roraima cinquenta e quatro por cento são legais os outros existem vendas de apartamentos, aluguéis, e desocupação. No caso do Cambará num inverso de seiscentos e vinte casas, trezentas e vinte e duas estão legais e assinando os seus contratos, setenta e sete casas estão desabitadas e nunca foram ocupadas cento e vinte cinco casa estão alugadas. Eu acho que deste contesto vocês podem perceber que o fator principal e determinante é a seleção dos inscritos para serem mutuários. Muitas pessoas que receberam essas casas não precisavam e dentro desse quadro, para se nós quizermos ter o sistema habitacional rigoroso com vitalidade e duradouro, nós precisamos administrar isso, transformar esses problemas, apresentar soluções de que daqui para frente não se repitam esse fatos, porque muitas vezes envolvem pessoas no caso do Major Alcides e eu que não estávamos na Companhia, não participamos dos critérios de seleção e que segundo levantamentos feito dentro da própria Companhia esses critérios foram puro e simplesmente cronológicos que eu acredito não ser critério mais justo. Tem que haver mais seriedade e conciência por parte dos órgãos e acima de tudo das próprias pessoas que vão se inscrever. O Major Alcides irá explicar alguma coisa sobre o recadastramento que nós iniciaremos no próximo dia dois de abril de noventa e um. Com a palavra o Major ALCIDES RODRIGUES: Senhor presidente, senhora secretária, eminentes Vereadores e demais visitantes. Eu sei que os senhores Vereadores irão receber visitas para saber o que é recadastramento e nós vamos esclarecer que não se trata de cadastramento e sim uma atualização dos contratos e cadastros que eles já tem. Pelo levantamento feito o nosso déficit de habitação está em torno de sete à oito mil unidades, nós temos dezenove mil

inscrição. Nesse recadastramento nós vamos eliminar só um po-
derá se inscrever, nós iremos exigir a certidão fornecida pela
Prefeitura. Vamos eliminar as pessoas que já tem casas e conti-
nuam inscritos. Então com essa reciclagem irá baixar muito o
número de pessoas inscritas. Esse recadastramento será feito
no Malocão da Codesaima apartir do dia dois de abril de noven-
ta e um portanto permanecerá diariamente durante quarenta e cin-
co dias. Qualquer dúvida com relação ao recadastramento é só
procurar na Codesaima. Nós contamos com o apoio dos senhores ve-
readores para nos ajudar em benefício da comunidade. Com a pa-
lavra o VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Nós percebemos
que nos últimos cinco anos houve um encremento muito grande na
questão habitacional em Roraima. As três perguntas que gosta-
ria de fazer são as seguintes: Quantos Conjuntos de casas es-
tão previstos para serem construídos apartir de agora pela Co-
desaima? Eu quero saber se é intensão do governo criar essa Co-
operativa habitacional que em todo País funciona como um órgão
específico da construção habitacional liberando a Codesaima pa-
ra fazer aquilo que realmente ela foi destinada que é o desen-
volvimento da atividade do setor primário em Roraima. Nós te-
-mos aqui aprovado nesta Casa uma lei que cria as condições míni-
-mas de habitação e é preciso que o governo cumpra essa lei e eu
gostaria que a Codesaima cumprisse porque se ela cumprir eu que
fui omisso porque nós temos medo de falar quando as pessoas
fazem coisas populistas apartir de agora eu não irei mais ter
medo de cobrar o cumprimento da lei. A Codesaima tem que cum-
prir essa lei para que não se crie esse caos na questão urbana
de Boa Vista que é provocada exatamente por essa desordem que
tem na pressa de se entregar a construção popular que é uma
obra realmente política. Presidente da CODESAIMA: Nós temos
previsto para mil novecentos e noventa e um em torno de oito -
centos e cinquenta casas sendo que a meta inicial tendo que

01 - nós temos remanescentes do ano passado quatrocentas casas num
02 - total de mil e duzentas casas. Hoje recebi uma confirmação de
03 - Brasília que também será promotora mais um Conjunto habitacio-
04 - nal dos funcionários civis dar em torno de quinhentas casas ha
05 -bitacionais com as mil e duzentas casas nós iremos atingir em
06 - torno de mil e setecentas casas. A intenção da COAB o pontapé
07 - por está dentro da Codesaima é um impulso inicial para que se
08 - organize essa Cooperativa habitacional que é talvez a forma
09 - mais operativa e mais dinâmica desde que esteja bem administra
10 - da. Eu acho que a Codesaima está utilizando o primeiro percur-
11 - so a ser percorrido em termos de habitação financeira para que
12 - após essas Cooperativas assumam. Sobre o aspecto e qualidade
13 - eu questiono dois aspectos. Infra-estrutura que eu estou viven
14 - do o problema hoje. Se for observar o meio-fio do Conjunto Caim
15 - bé a grande vantagem é que o pneu dos carros não precisa tocar
16 - nele porque ele se quebra. Então esse tipo de coisas em ter-
17 - mos de especificação e infra-estrutura nos préocupa muito. Nós
18 - assinamos um convênio com a Caixa Econômica e a Codesaima
19 - também vai exercer junto até aquela infra-estrutura comunitá -
20 -ria em Conjunto. Ela não vai ter simplesmente um agente promo
21 - tor e financeiro do sistema habitacional. Ela vai entrar efeti
22 - vamente na operacionalização comunitária dos próprios Conjun -
23 - tos habitacionais. Os Conjuntos habitacionais estão crescendo
24 - na pior área. E nós temos que selecionar dentro das piores
25 - a melhor e dá a infra-estrutura alí antes de começar a obra .
26 - Com a palavra o VEREADOR PAULO MAGALHÃES DUARTE: Eu quero pa
27 - rabenizar a vinda do Diretor Presidente da Codesaima doutor
28 - João Luiz Harts e também do doutor Major Alcides Rodrigues. A
29 - minha colocação é que se estende a viabilidade para que o fun
30 - cionalismo público pague através de um policiamento seguro es
31 - ses caixas de Banco nos próprios Conjuntos habitacionais. Ou
32 - tra coisa é que Vossa Excelência possa verificar a parte de

multa. Se, se recebe dia cinco de cada mês, o mutuário tem um prazo para pagar isso na Codesaima. Outra pergunta. Eu quero saber de Vossa Excelência se a Codesaima adquiriu da Proenge uma área próxima do Novo Horizonte para ser assentados oitocentos lotes naquela área. E se foi espero que tenha sido em áreas boas e não em áreas críticas que causam danos terríveis aos mutuários. Presidente da CODESAIMA: Esse mês o pagamento da Codesaima cai ser longe, nós vamos ter três caixas do Banco nós vamos tentar ser mais rápidos possíveis. Nós iremos estudar essa proposta de colocar nos próprios conjuntos habitacionais Caixas do Banco. Sobre o aspecto das multas eu acho que nós fomos a primeira instituição que voluntariamente que reconhecendo que os pagamentos das pessoas era no dia cinco, desde o mês passado já estabeleceu que não se cobra multa até o dia dez . Então por questão de justiça nós fizemos isso. Esse aspecto nós já reconhecemos assumimos a decisão e já saiu nos jornais que até o dia dez ninguém pagará multas. Com a palavra o doutor Major ALCIDES RODRIGUES: A Caixa abriu para quem quizesse fazer qualquer um projeto de construções apresentava esse projeto a Codesaima e esta encaminhava à Caixa Econômica. Nós temos um Projeto da Proenge há bastante tempo está na relação dos projetos. A Codesaima enviou e se a Caixa aprovar é para a Proenge e não para a Codesaima. Com a palavra o VEREADOR SEBASTIÃO ALVES BEZERRA: Depois de ouvir as vossas informações concientizei-me que o trabalho realizado na Codesaima é um trabalho sério e responsável, acho que aquilo que seria uma das perguntas que eu iria fazer, estou satisfeito e espero que tenham êxito e dizer que estou aqui para colaborar com vocês. Muito obrigado. Com a palavra o Vereador THAUMATURGO NASCIMENTO: Em função de uma que fiz aqui na Câmara em virtude de uma visita que fiz no lago da Psicultura e lá ví a formação de várias quadras riscadas praticamente a olho nú e exatamente na bacia do

referido lago. Os populares alí presentes me falaram que estavam sendo autorizados a ocupar aquela área exatamente no lago e inclusive dizendo que a Codesaima havia dado a venha para tal. Então eu pergunto como fica a situação da ocupação desse lago? A segunda pergunta é para atender o futuro presidente da Associação de bairros do Caimbé. Se vão colocar caixa d'águano Conjunto Caimbé I que não existe. A terceira Pergunta seria porque a Codesaima não deflara um projeto abrangente de várias etapas, uma espécie de cidade nova como existe em todas as capitais brasileiras e que se aproveitasse uma área de fácil escoamento superficial preponderante como é o caso da via que segue para Mucajaí logo depois do Distrito Industrial, inclusive que está dentro do plano Diretor da cidade como área de expansão habitacional propícia à Conjunto habitacional. Presidente' da CODESAIMA: Sobre o caso da psicultura, ela foi invadida há meses atrás, sofreu uma invasão, nós estivemos lá visitando e nós vamos regrar as coisas, inclusive essa área que está propensa a inundação nós estamos cercando e vamos drenar aquela área. Aquele lago está muito poluído, está recebendo dejetos desde o Pricumã, Cambará e outros. A nossa psicultura vai se restringir a uma área bem menor e talvez de uma etapa subsequente nós vamos retirar a psicultura dalí e aproveitar aquela estrutura que existe alí para transformar em creches e basicamente uma estrutura comunitária e social. Nós estamos tentando evitar a invasão alí, estamos vigiando dia e noite inclusive com policiamento naquela área. Com relação as caixas d'água nós levamos o Presidente da CAER para que o presidente de bairros formulasse a pergunta de própria voz e a preocupação dele é a mesma nossa. Nós queremos oferecer melhores condições para os nossos mutuários e a comunidade em geral. O aspecto da cidade nova, nós temos já um programa de administração sério ' que um Conjunto habitacional que está em obra que nós podemos

parar é irrevessível que irá o Conjunto Alvorada II que é um problema que estamos enfrentando, vamos ter que levar infra-estrutura a quatro kilômetros e meio a custo de CODESAIMA, vamos levar água suficiente. Agora essa área que você está dando é uma área que já está em estudo não apenas na orçada da Codesaima mas do Governo do Estado. Com a palavra o Major ALCIDES RODRIGUES: Com relação a área da psicultura houve uma invasão foi denunciada, conversamos com o governador e foi decidido fazer, praças, Postos médicos e logo em seguida nós vamos urbanizar a área abrimos as ruas, fizemos loteamento e agora vamos cercar para podermos urbanizar a área. Com relação a água, o que foi demencionado para a cidade, inclusive Caimbé I e II, é a terceira caixa d'água que terá no Buriti, atras da feira. Ela foi iniciada, e por falta de recursos parou. Com aquele sistema dali, junto com o sistema do Asa Branca, atende bem toda aquela área. Se nós tivermos que fazer mais Conjuntos, vai ser na cidade onde estamos fazendo os novos Conjuntos há quatro kilômetros e meio. Integrando do Asa Branca com o Buriti, atende satisfatoriamente toda aquela área. Não há necessidade de fazer uma caixa no Caimbé II. A cidade nova é um problema , pois aquela área é dos padres. Está havendo uma negociação do governador, já levantamos a área toda. Já fizemos um orçamento e mandamos para o governador. O Bispo quer trocar aquela área por umas construções, umas instalações para a igreja alí na Ponte dos Macuxis. O Bispo quer construir uma cidade em troca de dois mil equitares. Isso aí, ele se entenda com o governador. Está com medo do Imposto do Prefeito que não está fácil. Nós teremos dois mil kilômetros para fazer loteamentos , apartir do Cambará. Com a palavra a VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: A minha preocupação, é de que uma vez que está sendo transmitido, eu gostaria que a população tomasse conhecimento das perguntas que eu vou fazer. São perguntas comuns, e

que nos questionam diariamente a respeito disso. Então senhor Presidente, senhor Diretor da CODESAIMA esta pergunta que eu faço agora, eu me dirijo especificamente ao Major Alcides. São perguntas que nós temos conhecimentos da resposta, mas a população em sí não tem. Então a primeira pergunta é:Quais os critérios para se adquirir uma casa, ou apartamentos habitacionais do sistema financeiro? Segunda pergunta: As providências que estão sendo tomadas para os mutuários que alugam as casas? A segunda e a terceira pergunta, são para o Doutor João Luiz . Os mutuários que compraram as casa com fins hespeculativos, o que será feito, e quais as providências que irão ser tomadas ? Eram essas as minhas três perguntas. Major ALCIDES RODRIGUES : Com relação aos critérios, todos os critérios são traçados e existem na Caixa Econômica. Se felizmente, e isso não cabe a nós, as pessoas fugirem dos critérios. Daqui para frente, o nosso pensamento com relação aos critérios principais, é Renda famíliar. Em função da renda, que tem que ser comprovada, nós colocaremos na faixa A,B,C ou D. Para evitar que a pessoa receba uma casa na faixa C ou B e depois não possa pagar. Todas as pessoas tem que ter renda comprovada. Para isso existe documentação para pessoa física e para uma pessoa jurídica. Aquele que não é funcionário, ele é autônomo, ele tem que ter alguma renda. Ele tem que ter pelo menos uma declaração de renda, ele tem que ter um documento do Imposto de renda dizendo quanto ele ganhou no ano passado. A classe exige uma comprovação, mas se a pessoa não tem como comprovar quanto ganha, legalmente não tem como pegar uma casa. O aluguel ou a compra é um problema meio complexo. Porque pela legislação da Caixa, não pode, perde direito à casa. Não devemos ser radicais, pois tem casos que talvez, justifique.Hoje esteve lá um Cabo do Exército, que tinha uma casa no Cambará, e o militar foi transferido para Belém, e deixou a casa com um outro Cabo. O Cabo ficou preocupa-

do que ia perder a casa. Eu perguntei se ele tinha como provar. Ele disse que sim. Foi até o Comandante, e o Comandante deu uma declaração de que ele tinha sido transferido para Belém e que esse outro cidadão é um Cabo do Exército que serve aqui. Vamos levar o problema para o Presidente, ele vai se reunir com a Diretoria e vamos decidir juntos com a Assessoria Jurídica. E assim serão os outros casos. Presidente da CODESAIMA: Tem casos suigeneses, e a gente vai procurar ter uma diretrizes de julgamento, em comum acordo de forma transparente com as pessoas. Tem casos típicos de ter duas casas em um Conjunto habitacional, e eu não posso permitir isso. Isso é especulação. Em caso de casas fechadas, se as pessoas não precisarem, elas vão ter que entregar. Não podemos fazer do sistema habitacional, um instrumento de especulação imobiliária. Toda e qualquer transferência, ou que se queira vender, numa cidade grande isso já é notório e sabido, a pessoa vai ao sistema habitacional para saber ao órgão financeiro, como está a situação do imóvel em termo de prestações, qual é o saldo devedor, e isso se faz necessário aqui em Roraima também. Um aspecto que nos preocupa muito, é a transferência por procuração. Essas transferências' por procuração, nós não vamos aceitar. Porque muita gente foi embora, não morou nas casas, isso é um desrespeito ao bem público. VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Senhor presidente, eu não vou fazer uma pergunta, eu vou fazer um comentário' dentro do que o doutor João Luiz e o Major Alcides falou. Eu acredito que falta uma campanha de divulgação. Então daí uma idéia, de quando forem construídos os Conjuntos que seja feita uma divulgação intensa, de que as pessoas que comprar uma casa não pode vender, não pode alugar. Muito obrigada aos senhores. Foi muito válida a resposta, porque depois da minha denúncia, eu tenho sido constantemente procurada no gabinete, porque o comentário é de que eu vou distribuir as casas. Muito obrigada.

Com a palavra o VEREADORA AIMIR FORTES FRANÇA: Eu quero agradecer ao nobre Vereador Riamundo Dantas Lavôr, pela sua brilhante iniciativa em trazer pessoas tão ilustres como o Doutor João Luiz Harts e o Major Alcides Rodrigues. As perguntas que eu vou fazer, praticamente já foram respondidas, quase que na sua totalidade, mas eu gostaria, meu nobre presidente da CODESAIMA, de só mais um pouco de clareza para mim. Primeira pergunta. As pessoas que foram contempladas com casas dos Conjuntos habitacionais, foi feito algum tipo de levantamento junto a Prefeitura, para verificar se as pessoas tinham ou não Registro de Imóvel? poque eu já vi pessoas com casas aqui no Centro e com casas nos Conjuntos. Segunda pergunta: O que acontecerá com as casas que estiverem em situação irregular, ou seja aquelas casas que têm duas casas, essas casas que sobrarão, elas irão ser distribuídas a nível de sorteio ou aquelas pessoas que estão na lista de espera, ou haverá outro recadastramento? Meu nobre Diretor, fugindo da área habitacional, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor referente ao gêlo. O tratamento é mal, nós somos tratados mal, a hgiene deixa muito a desejar . A intenção do governo ao fazer aquele projeto, não é para beneficiar o dono da fofoca e nem tão pouco outras pessoas. Não precisa nem de resposta, mas eu gostaria de uma providência . Muito obrigado. Com a palavra o Presidente da CODESAIMA: Com referência ao gêlo, a produção diária daquela máquina, está bem além da capacidade dela, porque como tudo na CODESAIMA estava desativado. E a desativação levou a praticamente um sucatamento. Já mandamos vir técnicos, com a exigência para colocar todo o maquinário. Nós vamos atende, não digo com um serviço cinco estrelas, mas pelo menos duas estrelas. A Companhia foi muito desgastada nos últimos tempos, justamente por um tipo de conduta que tiveram os dirigentes, e para a própria operacionalização, desmotivação e justamente essas partes de apoio produtos

que caiu a nada, foram extintas. Então seguramente, se terá o gêlo com melhores qualidades. Futuramente se comprará feixes naquele terminal, que não é apenas uma fábrica de gêlo. É um complexo agro-industrial muito importante, que já está funcionando, mas é um funcionamento ainda precário, porque as máquinas estão carentes de recursos. A respeito da pergunta, sobre aqueles que tem mais de uma casa, o Major bem disse: "seguir as normas do sistema habitacional. Nós vamos tomar, é natural!" Muitas vezes as pessoas tiveram acesso a segunda casa, porque havia uma negativa da Prefeitura e uma negativa do Cartório de registro de imóveis. Então alguma coisa está errada. A própria Caixa Econômica me disse que ela comercializou o Conjunto da EGO, os mesmos problemas ocorreram. Esse detalhe, eu peço que vocês advirtam o Prefeito para que ele providencie a conscientização dos empregados para que essa negativas não saiam, e que não aconteça fatos de dar negativa e eles não olharem efetivamente, que é o caso do Registro de Imóveis. No lance de posse do recadastramento, automaticamente nós vamos ter a clientela efetiva. Eu questiono um pouco o que o Salomão disse, no aspecto da cronologia ser um sistema mais democrático. Eu sei que a cronologia não é. Eu fui escrito na Codesaima. Eu sou um exemplo vivo da cronologia da Codesaima em mil novecentos e oitenta e oito. Eu sou o número quatrocentos e eu não tenho casa . Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: A primeira pergunta seria com referência ao Caçarí. Eu gostaria de saber qual a situação do Caçarí I e II : Nós falamos muito do Caimbé, que são de pessoas mais carentes, porque a maioria que tem duas casas é que são os mais carentes, mas não é. Gostaria de saber também o percentual de pessoas que estão com prestações atrasadas, e se essas pessoas tem uma prorrogação ou então paga um mês atual e um mês atrasado? Por último eu gostaria de justificar a sua colocação que é de número quatrocentos.

Eu estive com o Major Alcides levando uma inscrição de número duzentos e trinta e cinco, de uma pessoa que realmente não tem casa. Não foi um critério sério, porque essa pessoa de número duzentos e trinta e cinco já deveria ter sido contemplada com alguma casa. Nesse novo recadastramento, Major Alcides, depois que terminar, só vai ser entregue as casas para quem for recadastrado. Haverá uma outra oportunidade para cadastrar novas pessoas? Com a palavra o Presidente da CODESAIMA: No Caçarí I, qué é o mais antigo, é de oitenta e dois, tem muitas pessoas que já quitaram as casas. Mas o mesmo levantamento que nós fizemos no Caimbé I e II, Monte Roraima, Cambará nós vamos continuar fazendo. E o Caçarí II, ainda está na nossa linha de tiro. A Codesaima normalmente com os mutuários em dia mais ou menos na faixa dos quarenta por cento, melhorou um pouquinho nesses meses, em que a gente assumiu, justamente por causa desses levantamentos que a gente fez, e agora está em torno de cinquenta por cento. Nós estamos recebendo o atrasado de alguns acordos que a gente fez, e é justo eles, onde a gente reconhece a incompetência da Companhia em certos fatos. O Cambará, nós deveríamos ter entregue os contratos, no ato da chave da entrega da casa. Nós não fizemos isso, e o pessoal ficou em dúvida se ia ser entregue ou não, e não quizeram pagar. Nós fizemos um acordo com o Crêmio Recreativo do Cambará, e estamos recebendo de duas em duas as prestações. Nós só não prometemos incentar da multa e correção, por um fator crítico, e não vamos cobrar enquanto eles pagarem. Agora, apartir de hoje, a Codesaima começou a cobrar. Ela tem um Departamento jurídico dentro da Divisão Habitacional, e ela passa a cobrar. àqueles que tem mais de três prestações, já começaram a cair nas portas. Nós não vamos tomar nada, a não ser de forma legal. As casas não são dadas, elas são compradas, por isso os mutuários podem exigir mais. A imagem que se dava ao sistema habitacional aqui

é de que estavam dando casas. Sobre o recadastramento, nós va-
mos abrir inscrições. Uma vez recadastrado, nós somos bastante
democráticos para habilitarmos as pessoas. Nós só queremos dar
as pessoas mais necessitadas. Com a palavra o Major ALCIDES RO-
DRIGUES: Se a pessoa deve oito prestações, ela não pode pagar a
prestação mais recente, ela tem que pagar as prestações mais
atrasadas por causa da correção. Com relação a esses Conjuntos
é que com essa Portaria que saiu, com relação ao abatimento de
cinquenta por cento do saldo devedor, e podendo também usar o
Fundo de Garantia, nestes quinze dias nós já quitamos mais de
trezentas casas. Com a palavra o VEREADOR BRAZ ASSÍS:Eu acho
que muita coisa já foi esclarecida aqui e não sobrou quase na-
da para mim. Eu fico tranquilo porque sei que o presidente da
Codesaima é uma pessoa íntegra. Eu sei que se depender dele ,
não vai haver mutretagem, ou qualquer outro tipo de negociação.
Eu queria fazer dois questionamentos. O primeiro é a respeito
das áreas institucionais que são reservadas para escolas, la-
zer, praças etc...E depois que a Codesaima entrega o Conjunto,
quem fica responsável de fiscalizar, e até de impedir a inva-
são dessas áreas? O segundo questionamento. É possível se fa-
zer a quitação do débito das casas com FGTS? Com a palavra o
Presidente da CODESAIMA: Todo Conjunto habitacional, antes de
le ser aprovado na Caixa, ele deve ter o visto da Prefeitura .
As áreas institucionais, as áreas verdes, são todas elas um
projeto original aprovado pela Prefeitura. E eu acho que um
projeto deve ser respeitado. Principalmente, se é um órgão fa-
cultado por vocês a dar o Executivo Municipal essa aprovação ,
deve ser respeitado. Depois ela administra, sendo que algumas
áreas do Caçarí I, são áreas ainda administradas pela Codesai-
ma. São áreas frontais, que estão sendo ocupadas por AMOCA,que
tem umas áreas institucionais para supermercado, e que estão
sob a nossa administração. Mas a Prefeitura é quem efetivamen-

te, aprova e deve fazer respeitar. Quanto ao aspecto de quitação pelo FGTS, o nosso Diretor rapidamente dá uma posição sobre isso. Com a palavra o Major ALCIDES RODRIGUES: Pode ser quitado, e até o prazo foi prorrogado. O prazo era para o dia vinte oito e foi prorrogado para o mês de maio. Para fazer a quitação, é só ir na Codesaima, pegar um formulário, porque nós temos que mandar para o Banco e lhe informar qual o seu saldo que tem no FGTS. Se faltar, pode-se completar com recurso próprio, e se der para cubrir pode-se quitar. Com relação as áreas institucionais, quando se faz um projeto para ser aprovado pela Prefeitura, na área global do projeto, trinta e cinco por cento fica para a Prefeitura. Mas ela tem que ser usada para que foi deixada. Se por acaso, for usada para outra finalidade a empresa que fez o Conjunto poderá reclamar. Com a palavra o VEREADOR RAIMUNDO DANTAS LAVÔR: Eu quero agradecer a vinda, o convite feito ao doutor João Luiz Harts, que demonstrou que conhece Democracia, e que deve a comunidade qualquer resposta que se peça, qualquer membro da comunidade. É um homem que vem ao chamado da lei. Gostaria apenas de fazer duas perguntas. Quando acabar o recadastramento, vai se dar continuidade a uma inscrição ou vai se iniciar uma inscrição derigido ao Conjunto A, B, ou C? Segunda pergunta: Qual a política habitacional que a Codesaima, como agente financeiro da Caixa Econômica vai manter se ela vai construir casas mais dèvidas a baixa renda ou vai ser dirigida à classe média? Hoje nós recebemos a feliz notícia, de que vamos ter casas para os funcionários públicos . Quer dizer, eles tem poder de barganha para conseguir isso. E os pequenos trabalhadores, não tem essa barganha. Com a palavra o Major ALCIDES RODRIGUES: Com relação ao cadastramento, ele é cadastrado por classe. Terminado o recadastramento, nós não vamos abrir um recadastramento de acordo com a renda da pessoa , que se habilita na faixa A,B,C ou D. E fica aguardando a cons

trução do Conjunto. Quem define o recurso, e o tempo de casas feitas, é a Caixa Econômica. Até há uns quinze dias passados , estava sendo liberado recursos só para o módulo, ou seja vinte metros quadrado. Agora saiu a Portaria liberando até para condomínio. Com a palavra o Presidente da CODESAIMA: Eu acho que com esse recadastramento, vai definir as nossas necessidades . Quem vai definir, é justamente o nível de pressão da clentela' que nós temos. Conhecendo a nossa clientela, a gente poderá direcionar a nossa política habitacional. Com a palavra a VEREADORA ILKA MACÊDO MALLA: Senhor presidente doutor João Luiz Harts, senhor Diretor Major Alcides. Apartir de abril, as prestações vão aumentar até cinquenta por cento, e quem entrou com processo de quitação em março e optou pelo cálculo com base na prestação, ela vai pagar pelo cálculo de março e abril? Com a palavra o Major ALCIDES RODRIGUES: Quem entrar hoje, pode abater com cinquenta por cento. Quem entrar apartir de segunda - feira pode ser com o FGTS, mas não vai ter mais abatimento de cinquenta por cento. VEREADORA ILKA MALLA: Ao escultar as suas esplanações sobre as cooperativas habitacionais, não tenho outras perguntas à fazer. Só me resta acompanhar este trabalho ; e de hoje em diante irei cobrá-lo, mediatamente as denúncias feitas pela população. Estarei aqui para colaborar com o trabalho de Vossa Excelência com o meu trabalho de Vereadora, fiscalizadora do povo que sou. Muito obrigada. Com a palavra o VEREADOR GILBERTO INÁCIO DE ARAÚJO: Senhor Diretor Major Alcides , nós em condição dos trabalhos desta Casa, nos sentimos além de gratificados, satisfeitos com os questionamentos e consequentemente com as respostas de Vossas senhorias, pois até os nossos edís estrapolaram um pouquinho, na realidade da escênciado Requerimento que versava sobre o diagnóstico habitacional. Isso reflete a preocupação que todos os edis, tem, no que tange a situação habitacional. Sou diariamente acediado pelos a mutuá

rios, no que tange à tantos questionamentos, tantos problemas que os Conjuntos habitacionais tem proporcionado aos mutuários Desde o aspecto que Vossa Senhoria colocou do meio-fio, até chegando mais além, ao telhado da casa que muitas das vezes não resiste as ventanias de Boa Vista. Essa presidência não tem nenhum questionamento a lhes fazer. Além de nos sentirmos honrado com as vossas presenças, estamos gratificados. Informo que deveremos continuar a nossa Sessão, e se Vossas Senhorias desejarem continuar conosco, será uma honra. Caso contrário, por força de algum compromisso, fica os nossos microfone, para as suas considerações finais. Presidente da CODESAIMA: Em nome da CODESAIMA, gostaria de agradecer a oportunidade e ao mesmo tempo me colocar a inteira disposição de vocês para esclarecimentos maiores, não apenas para vir aqui, mas para o dia-a-dia . Gosto muito de trabalhar perto de todos os órgãos, do público em geral e acima de tudo do legislativo. Eu respeito muito o legisltivo, da mesma maneira que gosto que respeitem o Executivo. Gostaria que outras oportunidades surgissem para nós mostrarmos o nosso trabalho, para dessa maneira a gente se intusiasmar mais para querer o crescimento e desenvolvimento do nosso Estado. Muito obrigado. Diretor da CODESAIMA: Eu quero agradecer a paciência com que vocês nos ouviram e nós estamos lá de portas abertas. Além da habitação nós estamos ligados ao urbanismo, os programas de asfalto que vocês estão vendo por aí, é feito pelo governador, e eu estou acompanhando, porque o governador passa para mim, como Diretor de Urbanismo. Qualquer pedido com relação à alguma rua, que fizer necessário pavimentação, asfalto mande para o governador que a gente dá um jeito Gostaria de fazer um pedido aos Vereadores. Nós prezamos muito a programação de expanção da cidade. A definição, seria aprovando o plano urbanístico da cidade, para podermos trabalhar dentro da lei. Se não for aprovado vamos ter problemas. Muito

obrigado. Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Presidente colocou em discussão a ATA da Sessão Ordinária do dia treze de março de mil novecentos e noventa e um, sendo a mesma aprovada sem retificação. Em seguida o senhor presidente solicitou a senhora secretária fazer a leitura dos EXPEDIENTES : EXPEDIENTES ORIUNDOS DIVERSOS: Ofício nº 042/PM-1/91, da Polícia Militar, respondendo indicação nº 157/91, da Vereadora Ilka Malla, informando que no Quadro de Organização de 3.000 Policiais-militares em tramitação, está previsto 2 pelotões de polícia militar feminino com efetivo de quarenta em cada pelotão. EXPEDIENTES ORIUNDOS DOS VEREADORES: Moção de Repúdio à atitude impensada do senhor Procurador Geral da República ARISTIDES JUNQUEIRA, em pedir a intervenção do Estado de Roraima , de autoria da Vereadora Maria Alice Gomes. Indicação nº 178/91, de autoria da Vereadora Maria de Lourdes Pinheiro, indicando ao Assistente de Diretor de Operações da Eletronorte, que determine a criação de uma taxa única para as contas de luz, nos bairros periféricos de Boa Vista. Indicação nº 179/91, de autoria do Vereador Paulo Magalhães Duarte, indicando ao Secretário de Estado do Interior, Justiça e Meio Ambiente, estudar a possibilidade de criar e impalntar Conselho Comunitário de Segurança o que seria uma forma desentralizada de enfrentar a violência. Indicação nº 180/91, de autoria do Vereador Paulo Magalhães Duarte, indicando ao Diretor Geral do DETRAN, estudar a possibilidade de criar e implantar Conselho Comunitário de Segurança, o que seria uma forma desentralizada de enfrentar a violência. Indicação nº 181/91, de autoria do Vereador Paulo Magalhães Duarte, indicando ao Secretário Municipal do Interior e Justiça, Exmo. Sr. Altair de Souza, estudar a possibilidade de criar e implantar Conselho Comunitário de Segurança o que seria uma forma desentralizada de enfrentar a violência. Indicação nº 182/91, de autoria da Vereadora Maria Alice de Andra-

de Gomes, indicando ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal de Boa Vista, que determine ao Secretário Municipal de Saúde, a priorização ao atendimento de idosos nos Postos de Saúde do Município. Após a leitura dos Expedientes, o senhor presidente anunciou o Intervalo Regimental. Ao término do Intervalo Regimental o senhor presidente solicitou a senhora secretária verificar a presença dos senhores Vereadores. Onze Vereadores presentes. Havendo quorum legal, o senhor presidente anunciou a ORDEM DO DIA, solicitando a senhora secretária fazer a leitura do Requerimento zero zero quatro barra noventa e um, de autoria da Vereadora Ilka Malla. Com base no art. lll, parágrafo 3º inciso 12º, conforme o Regimento INterno desta Casa legislativa, convocar o Excelentíssimo Secretário Municipal de Finanças Bairton Pereira da Silva para prestar esclarecimento em Plenário aos Vereadores e a população em geral, sobre as bases de cálculo de Imposto Predial e territorial urbano de Boa Vista. Após a leitura, foi colocado em discussão o referido Requerimento. Com a palavra o VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Evidente que toda vez que nós convocamos uma autoridade do Executivo, essa autoridade tem que vir aqui dar esclarecimentos. A base de cálculo de todos os Impostos e tributos cobrados pela Prefeitura, foram feitos apartir de uma reforma tributária aprovada nesta Casa, com aprovação unânime dos Vereadores. Nós erramos, e eu assumo esse erro, mas daqueles cálculos, daqueles absurdos cobrados todos foram aprovados com a anuência absoluta dessa Casa. Só quem não votou favorável foi o presidente que não podia votar. Convocar o secretário só para falar sobre essa base de cálculo, eu acho que deve vir porque nós podemos anotar outras questões, relacionadas inclusive com a convocação. Essa base de cálculo está rigorosamente dentro do Código Tributário, ao qual foi aprovada nesta Casa com o meu voto, com o seu, com o da Vereadora Lourdes. Todos votaram

favorável a reforma Tributária, e é essa reforma que Tributá-
ria que está causando uma série de dificudades. Com a palavra
o VEREADOR PAULO MAGALHÃES DUARTE: Nós conhecemos esse critério, tem planta de valores, cada local da cidade tem o seu valor que nós chamamos de índice. Esse índice é multiplicado, e o Vereador Thaumaturgo conhece isso também, porque fazemos parte do Conselho Imobiliário Municipal. Esse índice é multiplicado pela URFN, que é 2.650, que dá o valor por metro quadrado. A gente cálcula o metro quadrado do terreno da pessoa e se ela tiver construção é um valor, se ela não tiver é outro valor. Um terreno de trinta por vinte dar seiscentos metros quadrado. Isso multiplicado pelo valor do metro quadrado da´o valor que a Prefeitura paga para a pessoa que é dono do terreno. Este é o valor avaliado pela Prefeitura do terreno. Para o caso do terreno, tem um índice progressivo no IPTU, quando não tem construção. Hoje tem índice de quatro por cento, depois para o ano vai ter o índice de seis por cento e outro índice de oito por cento. Nós estamos colocando isso, porque achamos que isso é um instrumento do Vereador, e estamos colocando para esclarecer o problema do IPTU. Fui notificado ainda agora no João Luiz harts, e agora de novo. Vou pedir licença da Câmara, e vou embora, porque eu não posso falar aqui. Com a palavra a VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Eu parabenizo Vossa Excelência pelo convite. Os senhres podem estar sabando de todo trâmite, mas nós Vereadores iniciantes, não estamos. Eu gostaria que o senhor Vereador Paulo, respeitasse o Regimento e não se pronunciasse com discussões paralelas. Eu lhe parabenizo Secretária, e acho que é até uma maneira de nós prestigiarmos o Secretário Bairton, porque apartir do momento que ele se expor aqui, a população vai tomar conhecimento. Com a palavra A VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Eu quero parabenizar também a Vereadora Ilka Malla e gostaria que todos os Secretá-

convocados que viessem aqui para nos esclarecer. Realmente eu votei, e voto todas às vezes que aqui vier um Projeto. Não me omiti em nenhum momento, que deixo de assumir a minha responsabilidade. Eu gostaria que o Secretário Bairton viesse aqui, porque inclusive os Vereadores que assumiram agora, com escessão' do Vereador que faz parte do Conselho Imobiliário, não conhecem a base de cálculo. Foi uma lei votada na casa, mas em nenhum momento eles tiveram essa lei em mãos. Não sei o porque dessa preocupação de dizer que eu votei ou não votei. Votei e assumo os meus erros. Com a palavra a VEREADORA ILKA MALLA: Eu não votei nessa lei, a população não votou nessa lei. Ela não sabe o que está se passando, o porque de está pagando. Os fiscais da Prefitura pega o mapa, vai na Prefeitura e diz fulano' paga"x" taxa por isso e por isso. Eles alegam que terrenos baldios pagam muito mais, mas eles não vão nem lá, e o que é pior pessoas que não tem salário, eles ficam cobrando dessas pessoas pobres, taxas que não existem. Iluminação pública, água , luz no terreno e não tem nada disso. Eu quero conversar com o Prefeito, para vêr como é que está sendo feita essa fiscalização da Prefeitura, pois como é que eles podem cobrar uma coisa que eles não conhecem. Tem terrenos com casas que estão pagando a mesma coisa como se o terreno tivesse baldio. Pagamos iluminação pública pela CER, pela Eletronorte e pela Prefeitura . Isso é lezar o povo. Os grande não pagam nada, e os pequenos que não tem é que pagam tudo. Com a palavra o VEREADOR RAIMUNDO DANTAS LAVÔR: Eu faço das palavras da Vereadora Ilka, as minhas palavras. Porque o sistema de cálculo do Imposto nosso , de Boa Vista é muito sofisticado. Quem tem um certo conhecimento, por exemplo sabe, que a pessoa que mora lá na periferiadisse que ia pagar 5URFN. Pensou que fosse pouco, mas quando chegou na Prefeitura, saiu pedindo dinheiro aos outros, pois não podia pagar. Eu parabenizo Vossa Excelência em trazer o Secre-

tário de Finanças, mas é chuver no molhado, mas nós quermos ou-
ví-lo aqui. A solução seria a gente modificar esse Código. Eu
estou fazendo um estudo sobre tributação, sistem do IPTU do
Brasil, selecionei os municípios e estão me enviando subsídio.
O Estado do Rio de Janeiro não tem o UFRN, como os que recolhe
o Roti do petróleo não tem nada disso. A pessoa quando vai pa-
gar, já tem no seu canhoto a quantia que ele vai pagar em cru-
zeiro, e não é a moeda que criaram aqui. Obrigada. Não havendo
mais quem queira discutir, o senhor presidente passou para a
fase de votação. Projeto nº 004/91 aprovado com dez votos fa-
voráveis. Em seguida o senhor presidente solicitou a senhora se-
cretária fazer a leitura do voto ao Projeto de lei nº 025 de
vinte e nove de agosto de mil novecentos e noventa, de autoria
do Poder Executivo, que revoga a sessão 8ª da lei nº 18 de vin-
te e um de agosto de mil novecentos e setenta e quatro, sobre
a exploração dos meios de publicidade e propaganda dos logra -
douros públicos e dá outras providências. Presidente GILBERTO
INÁCIO DE ARAÚJO: Submetemos o Plenário a apreciação, aqueles
que se manifestarem favoráveis permaneçam sentados. Em seguida
o senhor presidente, solicitou a senhora secretária fazer a
leitura dos Pareceres das Comissões."Parecer ao Projeto de Lei
nº 025 de 29.08.90. Revoga a sessão oitava da lei nº 18 de vin-
te e um de agosto de 1974, sobre a exploração dos meios de pu-
blicidade e propaganda dos logradouros públicos e dá outras
providências." Após a leitura do Parecer, o senhor presidente
colocou em discussão o veto ao projeto de lei nº 025 do Execu-
tivo Municipal. Com a palavra o VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOU-
ZA CRUZ: Eu talvez tenha sido muito pertinente com relação a
aplicação da lei, mais tem que ser por aí, o Regimento Interno
que segue a lei nº 6.448, quer dizer, tudo aquilo que o Regi-
mento Interno, e não contraria, porque o Regimento Interno foi
feito posterior à lei 6.448, e temos a Constituição Federal que

é posterior à lei 6.448, que é específica para Território Federal, como nós não temos ainda uma Constituição Estadual, prevalece a lei 6.448, essa lei no seu artigo 30º diz: " Aprovado o projeto na forma regimental, será ele, no prazo de quinze dias utéis enviado ao Prefeito que em igual prazo deverá sancioná-lo, ou então, vetá-lo sem considerar contrário ao interesse do município ou infringente da Constituição ou de lei federal". O parágrafo 3º da lei nº 6.448 diz: " Apreciação do veto pela Câmara, deverá ser feito dentro de quinze dias de seu recebimento, em uma só discussão e votação em escrutínio secreto." Parágrafo 4º, " Se o veto não for apreciado conforme estabelecido' no parágrafo anterior, considerar-se-á acolhido pela Câmara. " A Constituição Federal que é a lei maior, no seu Artigo 66º diz: "A casa na qual tenha sido concluída a votação, enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que aquiescendo o sancionará." Parágrafo 4º,"O veto será apreciado em Sessão conjunta, dentro de trinta dias à contar de seu recevimento". Parágrafo 6º, "Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediatamente posterior... etc". O veto foi enviado para cá, se não me falha a memória, dia dois de janeiro. Tanto na Constituição Federal, quanto na lei nº 6.448, quanto no Regimento Interno, o veto venceu o prazo e não foi apreciado, e ele, no meu entender, está prejudicado e ele é mantido. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Antes de fazer as minhas considerações, eu gostaria de ouvir a assessora da nossa Casa, a doutora Denise, eu gostaria que ela desse uma explicação, no microfone, e que nós tivéssemos um conhecimento pela pessoa que nos assessora aqui, que é uma advogada, eu não vou discutir, eu não entendo de direito, então, cabe a assessora jurídica dar essa explicação. Com a palavra o VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Então suspende a Sessão para fazer a con

sulta. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Não existe isso de suspender a sessão, é direito da assessora , quando questionada por um dos Vereadores, dar o seu pronunciamento, e aqui nessa Casa, já teve advogado de ficar meia hora lá na mesa, respondendo questionamento dos Vereadores, o senhor me mostra onde o Regimento Interno manda suspender, que a assessora não pode dar explicação, que aí eu concordo com Vossa Excelência, por enquanto fica a minha posição, pedindo ao presidente que a assessora jurídica dê as explicações que os Vereadores acham necessárias. O senhor presidente submeteu ao Plenário, a solicitação da Vereadora Maria de Lourdes Pinheiro -que foi acatado pela maioria dos senhores Vereadores. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Eu gostaria de ouvir a explicação da assessora jurídica, se o veto está em tempo realmente correto, se há alguma coisa que impessa o prosseguimento dessa votação hoje, porque se não, vai ficar prejudicado, tanto os Vereadores que não estão entendendo porque este questionamento, como a votação, então, para que não fique nenhuma dúvida. a assessora jurídica é a melhor pessoa para nos responder. Com a palavra a assessora jurídica doutora DENISE : O Vereador Salomão falou nos Artigos da lei nº 6.448. só que a Constituicão Federal foi aprovada posteriormente. e onde feriu a lei. prevalece a Constituicão. esses artigos todos foram modificados pela Constituição, o artigo que ele citou," Se o veto não for apreciado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, considerar-se-á acolhido pela Câmara." O parágrafo 6º, do artigo 66º dispõe que, "esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, até sua votação final, ressalvadas as matérias que trata o artigo 62 º parágrafo único". Só que, o parágrafo 4º do artigo 64º diz: "Os prazos do parágrafo 2º, não corre nos períodos de recessos do Congresso Nacional, nem se

se aplica aos projetos de Código". Quando o projeto de lei che-
gou na Câmara dia sete de fevereiro, a Câmara estava em reces-
so, então, não conta, só passaram a contar apartir do dia qua-
tro, que começou nossa reunião, então, o projeto ainda tem qua-
torze dias que está tramitando nesta Casa, portanto não pres-
creveu, ainda está dentro do prazo. Com a palavra o VEREADOR
PAULO MAGALHÃES DUARTE: Senhores Vereadores, estamos tratando
de um assunto da mais relevância importância, é questão de in-
terpretação, eu vou fazer passar pela mão dos senhores, um do-
-cumento que foi recebido pela Câmara, no dia sete de janeiro de
noventa e um, eu vou passar pela mão dos senhores, esse docu -
mento. Nós estamos questionando aqui é prazo, esse é o ofício
do Prefeito encaminhando e recebido pela Câmara Municipal no
dia primeiro de julho de noventa e um. O senhor presidente in-
terrompeu o pronunciamento do Vereador Paulo Magalhães Duarte
solicitando à ele que fizesse o seu questionamento à Doutora
Denise, o que o Vereador Paulo Magalhães Duarte respondeu que
ele tinha que sensibilizar o Plenário e não a doutora Denise .
O senhor presidente falou que todos os Vereadores estavam cien-
tes das suas responsabilidades quanto à discussão do veto do
Executivo Municipal, e que o Requerimento verbal da Vereadora
Maria de Lourdes Pinheiro, foi solicitando que a doutora Deni-
se tecesse considerações elucidando quanto à polêmoca existen-
te. Com a palavra o VEREADOR PAULO MAGALHÃES DUARTE: O único
desentendimento que tem é com relação à recesso, já conversei
com a Doutora Denise, já colocamos e discordamos, porque o ve-
to, é uma matéria de urgência simples pelo Regimento Interno ,
e ela fala em trinta dias, isso na Constituição nós concorda-
mos, no entanto, nós pensamos que o prazo é corrido, e como
tal, tem o presidente da Câmara, e é instrumento de convocar
uma sessão extraordinária, para analisar o veto do Prefeito, é
nisto que entra em choque, o meu entendimento com o da Doutora

Denise, não estamos julgando a competência da doutora, o meu entendimento é este, que tem trinta dias pra tramitar o veto nessa Casa, não entra nem no mérito, e a Doutora me traz aqui, o parágrafo 2º do artigo, que nós entendemos, salvo o melhor juízo, dentro do nosso entendimento, naõ se referir ao recesso não nos conveceu, digamos isso, então, eu procurei a Doutora Denise cedo, coloquei o assunto cedo, procurei o presidente Gilberto nesta Casa no horário de expediente não o encontrei, eu deixo bem claro as coisas, porque o que eu trago à esse Plenário, é com bastante clareza, sem querer analisar o mérito do documento, procurei a doutora Denise cedo, coloquei a minha preocupação contra os prazos, discutimos e discordamos neste ponto, e eu trouxe ao Plenário este problema, não se torna aqui briga de ninguém, eu não tenho nenhuma pergunta à fazer a Doutora, até porque já conversei com ela e com o presidente sobre o assunto, e veio à tona através do Vereador Salomão Cruz, o desentendimento que temos, é com a interpretação quanto ao prazo, e entendemos que é matéria que este Plenário não deveria mais entrar em discussão, porque tem o prazo corrido, foi esse o nosso entendimento, meu e a Doutora, no entanto, se está na pauta da Ordem do Dia, será votado e avaliado por Vossas Excelências.O senhor Presidente perguntou se havia mais Vereador interessado em fazer essa pergunta à Doutora Denise, não havendo, ele agradeceu a mesma pela atenção para com os senhores Vereadores, e colocou novamente em discussão o veto. Com a palavra o VEREADOR **PAULO MAGALHÃES** DUARTE: Senhores Vereadores, me desculpem mais é preciso ser dito isso, esse projeto entrou quando nós, a maioria não éramos Vereador desta Casa, foram Vereadores passados que propuseram isto, e o Prefeito fez uma justificativa de voto, dizendo que não trazia nada de frutífero ao município isso aqui, e mesmo, não é nenhuma lei que está revogando, e sim uma seção, e o Prefeito que lida com isso direta-

mente que envolve propaganda e divulgações, e ele fez uma razão do veto do porque ele vetou, e nós estamos com isto aqui julgando hoje, fiz uma leitura e pedi assessoria à Doutora Denise, e nós discordamos do dispositivo que o Prefeito diz aqui que na Constituição diz que é cargos públicos e criação de cargos públicos e criação de cargos, coisas dessa maneira, e não tem nada à ver com a matéria, e na nossa análise, eu com a assessora jurídica desta Casa, fizemos o nosso parecer o qual eu assinei como relator, levamos à Comissão, o Vereador Sebastião Bezerra concordou com o nosso posicionamento, de que foram os Vereadores passados que fizeram, no entanto, nós analisamos com lisura, só o Prefeito que vetou, porque o instrumento de vetar é dele, compete à nós acatarmos ou não este veto , e a Vereadora Alice, que é membro da Comissão de Justiça e Redação Final, fez um voto em separado, porque entendeu também que a parte constitucional, que o Prefeito cita, nada tem à ver com o mérito da questão, eu creio até que seja um erro de assessoria, pode ter havido, no entanto, eu quero colocar pra vocês como é que nós analisamos na Comissão de Justiça e Redação Final o documento, foi dessa maneira. não somos o pai da criança, não estamos aqui pra aprovar ou defender o projeto , estou aqui pra defender o meu posicionamento junto ao projeto, que foi de acatar a decisão do veto, por entender que o Prefeito é que legisla na área municipal, isso gera tributos, logo , se gera tributos cria uma matéria de despesas, ninguém pode criar matéria financeira, nenhum Vereador pode, então, é mais um atenuante para o Prefeito vetar o documento, eram essas as minhas colocações do porque de acatar o veto. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Nós discordamos de duas coisas, primeiro, essa seção, quando se refere o Vereador que me antecedeu, foi realmente votado pelos Vereadores que hoje são Deputados estaduais, foi assinado por todos os Vereadores,

inclusive o Vereador que ainda estar aqui, os dois que ainda estão, assinamos todos esse requerimento, só me causa estranhesa que esse veto não retornou ainda na época dos outros Vereadores que votaram o projeto, porque esse veto veio chegar aqui hoje? Essa é a minha estranhesa, se nós que votamos, que aprovamos temos o direito de rejeitar ou não, agora, mandar um veto, para os Vereadores que nem conheceram essa matéria, eu acho um pouco difícil, não é certo, é a mesma coisa que se hoje nós chegássemos aqui, e fôssemos culpar os Vereadores atuais, pela lei que nós votamos da reforma tributária, então,não é justo, eu sou uma pessoa que gosta das coisas nos seus devidos lugares, nós somos responsáveis, eu, Vereador Salomão e o Gilberto, os outros nada tem à ver com a reforma tributária que foi votada nessa Casa, é o caso do veto, nós todos assinamos pedindo essa sessão, foi acatada e votada e foi para o senhor Prefeito, ele sabia que os Vereadores eram candidatos à deputados estaduais, ou não acreditou na eleição deles, ou então, simplesmente não deu muita atenção para a lei que foi votada, porque, em agosto veio pra cá, teve agosto, setembro e outubro de sessões, nós entramos em recesso em novembro, eu sou contra o veto por estas razões, porque eu pedi, escrevi e assinei pedindo essa sessão, eu acho desleal da minha parte, se for vetar uma coisa que eu pedi, e também acho uma ingratidão, pedir para os Vereadores que não conhecem a matéria, votar . Terminada a fase de discussão, o senhor presidente colocou o veto em votação sob escrutínio secreto, logo depois da votação o senhor presidente convidou os Vereadores Paulo Duarte e Raimundo Dantas Lavôr para servirem de escrutinadores. O resultado da votação teve quatro votos pelo acatamento do veto, e sete pela rejeição, sendo o mesmo rejeitado pela maioria absoluta do Plenário. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Com a palavra a VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Eu gostaria de agradecer o

apoio dos nossos colegas, quanto a Moção de Repúdio ao senhor Aristides Junqueira, Procurador Geral da República, porque se por acaso esta intervenção for aceita, nós passaremos à ser quintal de Brasília novamente, tendo um governador nomeado , eu acho que independente de sigla partidária, todos nós temos que nos unirmos, para que isso não aconteça. Gostaria de falar de uma indicação que eu fiz referente aos idosos, o atendimento dos idosos nos Postos Médicos, nós temos conhecimento de que eles ficam em longas filas, e eles chegam de madrugada para poder pegar uma ficha, então, nós estamos pedindo que deixe um certo número de fichas reservadas. Gostaria de falar também à respeito do Encontro Nacional de Vereadores, que teve no dia vinte três ao dia vinte seis, em Brasília, e me entranha a não participação de nenhum Vereador desta Casa, e talvez os senhores nem tenham tomado conhecimento, portanto, eu gostaria de solicitar ao senhor presidente, que todos os encontros realizados no País, que pelo menos nós recebéssemos xerox de uma cópia, de que existe estes encontros, porque se nós não tinhamos se a Câmara não tinha dinheiro pra que vá um representante desta Casa, coisa que nunca aconteceu, se a desculpa é falta de verba, eu acredito que se nós fôsssemos ao Prefeito ou ao governo, nós teríamos conseguido a passagem, o encontro Nacional tem uma vez por ano, existem vários Encontros Regionais e Estaduais, mais não senhor presidente nacional, eu vi ontem na hora do Brasil, os Vereadores tiveram oportunidades de entre - gar um documento com relação aos problemas do seu município ao Presidente da República, nós sabemos que talves ele não dê importância, mais nós não podemos deixar sobre nenhuma hipótese que isso se repita, nós sabemos que roraima atualmente está sendo vista por todo o mundo, eu lembro que no início, quando eu era Vereadora no outro mandato, nós íamos aos encontros e dizia o seguinte, onde fica roraima? E tanto eu, como o Verea-

dor Paulo Duarte, nós fazíamos tudo para que roraima sobresais-
se, para que ficasse conhecida e ficou, então, eu não aceito se-
nhor presidente essa sua falha. Gostaria de insistir, quanto a
reforma do regimento interno, para que tenhamos, quando tiver
que discutir, ficar debatendo se ía a lei maior ou menor. Tam-
bém gostaria de solicitar ao senhor não que seja contra as pes-
soas que estão no seu Gabinete, mais gostaria de solcitar, que
colocasse alguém que tenha conhecimento dos trâmites legais dos
documentos desta Casa, que saiba o que é certo ou errado, ur-
gente ou não urgente, também lhe sugerir, que fizesse um horá-
rio, que nós tomássemos conhecimento que o senhor estar aqui
naquele horário, outro, que fosse também programado um encon-
tro do senhor com os Vereadores fora das sessões, pelo menos
quinzenalmente, para que a gente possa discutir e debater como
está a nossa Casa. Com a palavra o VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE
SOUZA CRUZ: Eu reforço as palavras da Vereadora Alice, acho
que a questão do Regimento Interno é fundamental, para os tra-
balhos da Câmara, eu insisto nisto há tempos, nós estamos vune-
ráveis, agora mesmo foi aprovado um veto, está passivo do Pre-
feito, se quiser entrar na justiça, nós estamos desmoralizados
porque a interpretação da lei, nós estamos fazendo encima da
hora, nós não temos um Regimento Interno, eu insisto por exem-
plo, na questão da organização da Câmara que não é organizada,
Vossa Excelência me perdoe a franqueza, mas a Câmara está de-
sorganizada. nós cobramos a participação da população. mas es-
sa participação não existe exatamente pela falta de organiza -
ção, o nosso Plenário funciona em condições precárias, os de-
partamentos da Câmara de um modo geral estão funcionando preca-
riamente, nós entendemos que está no início da gestão, agora
eu vou cobrar isso aí, e vou cobrar muito mais, vou cobrar a
gestão da coisa pública que eu estou deixando tranquilo, mais
eu vou cobrar, eu disse isso à Vossa Excelência, essa é a mi-

nha posição. A Assembléia Legislativa, tem um Plenário com ar condicionado, um Plenário com as condições mínimas de funcionabilidade, nós temos um ventilador que faz barulho, enfim, essas coisas tem que acabar, eu não estou querendo dizer que a questão seja de concorrência da Assembléia, muito pelo contrário, eu acho que nós somamos, mais nós precisamos ocupar espaço, e esse espaço pra ocupar, começa exatamente pela organização interna dessa Casa, que é a legislação, será possível que é tão difícil? A Constituição Federal foi promulgada dia três de outubro de 1988, já se vão mais de dois anos que foi promulgada, e até agora esta Casa não tem um Regimento Interno, enquanto esse Regimento não for elaborado nada é possível, a lei orgânica municipal é muito mais complexa, nós não estamos tendo competência, pra fazer um Regimento INterno. Não adianta nós querermos trazer público, se aqui mesmo nós não nos entendemos, não sabemos por exemplo, se a assessora deve vir ou não falar na reunião, as discussões ficam paralelas, se nós trazermos gente aqui, nós vamos ficar desmoralizados, isso não pode permanecer, e em função disso, é que nós cobramos de Vossa Excelência, agilidade e a presa na elaboração desse Regimento Interno, que não tem nada de excepcional, basta que se pegue o Regimento Interno de qualquer Câmara dos quatro mil municípios brasileiros, eu tenho a impressão que nós somos a única Câmara, que não temos um Regimento atualizado, não dá mais pra continuar trabalhando desse jeito, porque só desgasta nós mesmos, e só cria atritos e antipatia entre nós Vereadores. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Realmente eu concordo em parte com as palavras do Vereador Salomão e da Vereadora Alice, e volto a bater na tecla do Encontro Nacional de Vereadores, eu não sei se Vossa Excelência teve oportunidade de participar desses encontros, mais eu, a Vereadora Alice e o Paulo Duarte participamos, e normalmente acontece assim, no en

contro Nacional de Vereadores, a Prefeitura patrocinava as pas-
sagens e o governo também. Então, quando os convites chegavam,
eram xerocopiados e passados à todos os Vereadores para conhe-
cimento, o encontro nacionla é muito importante, tanto pra nós
como pra Prefeitura, porque lá trata-se de tudo, e eu gostaria
que isso não acontecesse mais, esse encontro inclusive elege o
presidente da União dos Vereadores, e se discute muita coisa
importante. E a nossa preocupação maior também, é o Regimento'
Interno realmente, nós estamos nas vésperas de começar fazer
uma outra lei, que é a lei orgânica, temos o Plano Diretor pra
ser votado, mais tenho certeza que daqui pra frente as coisas
mudam, e queria pedir que nos convidasse para sempre conversar-
mos. Com a palavra o Vereador PAULO MAGALHÃES DUARTE: Senhor
presidente, eu sou favorável que o senhor nos dê o direito e
assegure uma passagem para os Vereadores viajarem, enriquece
muito e é bom, inclusive por uma questão de justiça que sempre
quiz viver em paz com a minha consciência, a Vereadora Lourdes
Pinheiro, quando foi presidente desta Casa, uma vez eleita e a
segunda vez imposta, eu perdi uma viagem para Fortaleza, porque
tinha passagem pra Vereador viajar, e eu sou testemunho vivo
disto, é preciso valorizar um pouco a gente que só vamos pas-
sar dois anos. Assistência jurídica, a assessora é gente boa ,
só um detalhe, ela só para atender onze Vereadores não dá, va-
-mos contratar mais uma, cadê esses advogados que ninguém ver ,
assim como também, olhar os funcionários desta Casa senhor pre-
sidente, eu vou cobrar do senhor, a resolução está na sua mesa
eu e o Bras fomos até ao senhor, mais não é de forma pejorati-
va que eu coloco, e sim de uma forma amigável, eu quero ajudá-
lo a administrar bem esta Casa, botar neste corredor cadeiras
para as pessoas que nos visitam, eram estas as minhas palavras
Com a palavra o VEREADOR ALMIR FORTES FRANÇA: Eu compartilho,
e me solidarízo com as palavras dos demais Vereadores que se

manifestaram hoje, presidente, eu reconheço que a situação financeira da Câmara é precária, malmente dá para pagar as despesas, eu não sei se o senhor tem conhecimento de uma proposta do Farías, ele me falou que iria levar ao seu conhecimento, de renovar esse Plenário, porque como falaram nem essas cadeiras são nossas. Então, ele falou que iria lhe propor o seguinte, a colocação de um painel em madeira, como tem na Assembléia e em demais repartições do governo, recuperação do forro do Plenário e a colocação de todas as cadeiras estofadas para a platéia, ficaria em torno de oito milhões, sendo quarenta por cento e o restante dividido em duas parcelas, trinta e sessenta dias e quem sabe o senhor conversando com o senhor governador ele não dá uma força para nós, é minha sugestão senhor presidente com muito respeito. Muito obrigado. Com a palavra o VEREADOR BRAS ASSIS: Senhor presidente, eu acho que está faltando se fazer justiça com alguns funcionários desta Casa, não é uma soma de recursos muito grande, e para que o funcionário trabalhe com vontade, ele precisa de um melhor trabalho, tem funcionário com dez anos recebendo treze mil cruzeiros de gratificação, isso não se concebe. Muito obrigado. Com a palavra o VEREADOR SEBASTIÃO ALVES BEZERRA: Senhor presidente, eu concordo com todos os Vereadores, com o que eles falaram, agora, sobre a ida de cada Vereador no seu Gabinete, acho que deve ter um horário para nós, porque as vezes nós chegamos no gabinete, e encontramos várias pessoas querendo falar com o senhor, e que vem de longe, e nós com a preferência de passar na frente deles se torna pra nós muito difícil, e eles nos olham de uma maneira diferente, então, eu acho que deve ter um horário para nós, de preferência à tarde, mais o senhor é quem sabe o melhor horário, para que nós podéssemos reunir com o senhor. Muito obrigado. Com a palavra a VEREADORA ILKA MACÊDO MALLA: Bem, a minha raiva e discussão com os colegas é só naquela hora, peço que o senhor

presidente se sensibilize com a situação dos funcionários desta Casa, são seres humanos, que conhecem tão bem os serviços desta Casa. Quero endossar as palavras da amiga Alice, Maria de Lourdes e do Salomão, quando eles falaram que esta Casa precisa ser renovada. Falar também que recebi resposta da indicação que fiz para a Polícia militar, tive a resposta através do ofício nº 042/91,-2PM, informando que o Quadro de Organização é de três mil policiais militares. Visitei ontem o bairro de Caranã e constatei que o colégio municipal está com sérios problemas, as crianças desmaiando com fome, o Diretor do colégio muito preocuoado, não tem rede elétrica, o colégio até que tem boa pintura, mais infelizmente as crianças estão passando fome. Com relação ao Posto médico, eu venho pedindo sempre, porque só tem um Posto médico no Asa Branca, e peço sempre para Jardim Floresta I, II, Novo Canaã, vamos pedir novamente que as autoridades nos ajudem, que atendam os nossos pedidos, que nos levem a sério, porque eu já fiz quase setenta indicações, e vou continuar à fazer. Com a palavra o VEREADOR GILBERTO INÁCIO DE ARAÚJO: Senhores Vereadores, em Explicações Pessoais essa presidência também vai usar para colocar algumas explicações. Nós já colocamos em algumas oportunidades na tribuna, quanto à questão do Regimento Interno, nós entendemos que ele realmente está defasado, porém, as providências com relação ao Regimento Interno já estão sendo tomadas, e inclusive quanto à uma reforma tão urgente que alguns Vereadores desejam, pode ser provocada pelos próprios Vereadores, isto independe da presidência, os Vereadores caso desejam alterar o Regimento em algum Artigo ou Parágrafo, eles podem propor, não há porque eles se omitirem, se é que estão entendendo que deve haver um agilizamento no que tange à reforma do Regimento Interno, já existe nesta Casa um ante-projeto de reforma do Regimento Interno, apenas nós entendemos que o Regimento Interno, bem pouco, fere

a Constituição Federal, embora ele ainda não tenha sido absor-
vido por todos, talvez ele ainda não tenha sido entendido por
todos os edís. Quanto ao horário, que o presidente dá na condu-
ção dos trabalhos, nós queremos informar, que não é porque um
Vereador hoje não nos encontrou, que isto aconteça todos os os
dias, pois nós damos expediente aqui pela manhã e à tarde, qua-
se todos os dias, salvo alguns horários que a nossa presença
também se faça necessária em outros locais, queremos informar
às Vossas Excelências, que o presidente, assim como os Vereado-
res, eles não tem horários fixados para prestarem expediente
nesta Casa, nós acatamos as reivindicações dos senhores, no
que tange à fixar um horário, porém, um dos primeiros pedidos
que nós recebemos quando tomamos posse aqui nesta Casa, é que
os Vereadores não deveriam ser prejudicados, quando chegassem
pra falar com o Presidente, então, quanto à questão de um ou
outro eleitor, ficar chateado, ser preterido pela entrada de
um Vereador na sala do presidente, isso é uma questão que está
entrando em contradição, porque nós entendemos que o Vereador
tem acesso livre à presidência, assim como todos os departamen-
tos desta Casa, os eleitores, aqueles que nos visitam, pra eles
sim, nós inclusive, aceitando e acatando sugestões de alguns Ve-
readores, e até daqueles que já administraram esta Casa, nós
estamos atendendo sem prejuízos de horário, até à tarde nós
atendemos à quem nos visita, nós mesmos, através da imprensa ,
já divulgamos não sei quantas vezes, que esta Casa, os eleito-
res, a população como um todo, pode procurar os Vereadores, em-
bora, não sejam todos os Vereadores que estejam em seus Gabi-
netes em todos os horários, mais repito, cada Vereador pode
exatamente receber seus eleitores, tanto de manhã como à tar-
de. Quanto à uma possível desorganização, levantada nesta Casa,
nós entendemos que tal não está acntecendo, porque os funcioná-
rios, tem se dedicado no sentido de atender à todos os Vereado-

res, vejam só, o volume de trabalho dos senhores tem sido real
mente considerável, e os funcionários tem procurado na medida
do possível, atendê-los de conformidade com as necessidades dos
Vereadores, o que eu tenho mais pregado, é justamente, promo-
ver ações no sentido de facilitar ao Vereador seu trabalho .
Quanto à questão do Plenário, de que não há ar condicionado ,
de que este edifício, ele já vem de outras administrações, e
muito pouca coisa foi promovido de melhorias neste prédio, in
felizmente na nossa administração, muito tem acontecido para
absorção de recursos, tanto no que tange ao próprio edifício ,
como nas viaturas, além disso, se Vossas Excelências tiverem
um pouco de consciência, haverão de refletir que todos os pedi
dos que tem sido feito à presidência desta Casa, tem sido aten-
dido, se algum por ventura, não foi atendido, mais é por outras
razões, mais é num percentual muito mínimo, mais se não me fa-
lha a memória nenhum deixou de ser atendido. Também entendemos,
que não é só o ar condicionado que falta no Plenário, lamenta
mos que este prédio, assim como foi entregue o da Assembléia ,
não tenha sido entregue à presidência na época, com todo apare
lhamento, lamentamos, porque não entendemos, que se fazer um
paleativo entre este edifício, e o da Assembléia, visto que
ele é recém-construído, e recebeu o tratamento especifico do
Excelentíssimo senhor governador, no que tange à todo o apare-
lhamento e mobiliário, para o devido funcionamento da Assemblé
ia Legislativa, até gostaríamos que o Prefeito nos dotasse de
recurso suficiente, para que nós também podéssemos ter um edi-
fício com a funcionabilidade à contento de todos os funcioná-
rios, e de todos os Vereadores. Gostaríamos de aproveitar e di
zer, que o tempo dos Vereadores é regimental, e infelizmente uns
são rápidos outros não, de sorte, que essa demora nos pronunci
amentos dos senhores, cabe aos senhores refletir e se tornar
mais suscintos nos seus pronunciamentos e mais obejetivos, não

é elegante da nossa parte, tolir o Vereador nos seus discursos, muito pelo contrário, já fomos criticados por aquecer à determinados Vereadores no que tange à tempo, à assunto. Assessoria jurídica, nós entendemos que tem desenvolvido um trabalho à contento dos Vereadores, se há algumas reclamações, a porta do nosso Gabinete está aberta pra discutirmos e trocarmos idéias, inclusive quero colocar que estámos abertos a qualquer sugestão e a qualquer proposição. Quanto à questão de uma possível proposta de um artista plástico, no caso do Farías, realmente ele fez essa proposta à nós, infelizmente ainda não tivemos condições de aceitar esta proposta, vito que é um valor muito alto, e não julgamos que seja esta a prioridade desta Casa, esta Casa tem outras prioridades, a própria situação de instalação de rede elétrica desta Casa é precária, embora o prédio não seja tão velho assim, mais a situação de instalação elétrica e hidráulica são precárias. Gostaria até de colocar, que quanto a proposição, a reivindicação de funcionários, que exercem Cargos de Comissão em determinados setores, estão sendo devidamente legalizados pelo presidente. Já conversamos com a assessoria jurídica. e o processo está evoluindo. Apenas vocês me desculpem, por nós não podermos trazer ao Plenário uma proposição, que por ventura careça de alguns ajustes ainda. Inclusive, sobre aspecto de poder prejudicar esse mesmo funcionário. Não é esse o nosso desejo, muito pelo contrário. Nós estamos sensibilizados com o problema desses funcionários. Estamos amadurecendo, evoluindo no processo, afim de que possamos submeter aos senhores, uma aprovação desse sentido. Encerramos esta Sessão, agradecendo a presença dos senhores, e para a próxima sessão, nós teremos a Ordem do Dia para a sessão ordinária do dia primeiro de abril, em única discussão e votação, o Requerimento 06 de autoria do Vereador Thaumaturgo do Nascimento, convocando o Doutor Evandro Pinto, Diretor da CAER. E

01 - também o Requerimento número zero sete, de autoria do Vereador
02 - Thaumaturgo do Nascimento, convocando o senhor Waldemar André
03 - Filho, Assistente Diretor de Operacão da Eletronorte. Assim co
04 - mo também uma Moção de Repúdio de autoria da Vereadora Maria
05 - Alice. Muito obrigado. Boa noite.

"PLENÁRIO"ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO, Boa Vista, 27 de março de 1991.

GILBERTO INÁCIO DE ARAÚJO
PRESIDENTE

ILKA MACÊDO MALLA
1ª SECRETÁRIA.-